

DOCUMENTO E PODER: UMA ARQUEOLOGIA DA ESCRITA¹

Lídia Silva de Freitas - UFF

Dr^a em Ciência da Informação, USP, 2001
Departamento de Ciência da Informação – UFF
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFF
Rua Prof.Lara Vilela, 126, Ingá, Niterói, RJ
lidiasilvade Freitas@gmail.com

RESUMO:

Apresenta problematização e resultados parciais de estudo que se insere em debate em curso na Ciência da Informação, envolvendo a delimitação de seu objeto central: a informação – em suas variadas conceituações – ou o documento – em sua materialidade, da ordem da institucionalidade e gerador de efeitos sociais (Frohmann). A pesquisa, de cunho teórico-conceitual, testa o conceito/hipótese de *modo de acreditação e distribuição social de saberes*, fundado na divisão de Nora entre *sociedades de memória e sociedades de história*. Analisa a constituição, os funcionamentos e as representações imaginárias da escrita, como marco divisório e base das sociedades históricas – ou de arquivo – e fundamentando o *efeito-documento* em processos de legitimação, autoridade e regimes de verdade. o estudo busca as bases da persistência do documento nos processos dominantes de acreditação e distribuição social de saberes – e poderes – no ocidente, buscando contribuir, assim, para o adensamento desse relevante debate no campo. Apresenta os avanços de pesquisa obtidos pelos aportes teórico-conceituais da escola francesa da análise e teoria do discurso, que recoloca a dimensão material e histórica do sentido, rompendo com a ilusão da transparência da linguagem – fundamento do efeito-informação (evidência), mito fundador do campo informacional.

Palavras-chave: Epistemologia da Ciência da Informação; Cultura escrita; Memória e Documento.

INTRODUÇÃO

Importantes autores da Ciência da Informação (daqui em diante CI) vêm sublinhando a permanência da centralidade e primazia do documento nas práticas sociais hoje predominantemente tratadas como ‘informacionais’ pela literatura do campo, trazendo, assim, para debate o próprio objeto disciplinar da CI.

A ênfase no documento e processos documentários como foco reflexivo de autores como Bernd Frohmann, Ronald Day e outros, tem a companhia de análises críticas sobre a construção histórica e discursiva da proeminência da informação, juntamente com as mudanças tecnológicas que a envolvem, como as empreendidas por Mattelart (2001), Finlay (1986) e Roszak (1986). Os dois últimos, em meados dos anos 1980, analisavam a supervalorização discursiva da noção, reputando-a como espaço conceitualmente vazio, disponível para preenchimentos imprecisos.

Apoiado em análises de Numberg (1996)², Frohmann (2004b), reconhecendo que grande parte da força e autoridade da noção de informação advém de suas ambigüidades e contradições,

desloca o foco do questionamento ‘o que é informação’ para ‘como se constitui a impressão de informação?’, apontando na análise os processos de reificação das noções construídas historicamente pelas próprias práticas sociais com a organização material de formas documentais.

Em que pese a trajetória histórica da CI como campo disciplinar e suas razões históricas e institucionais para *inflar a ‘informação’*⁸ (DAY, 2001; FROHMANN, 2004a; CAPURRO; HJORLAND, 2007; e FREITAS, 2003), o documento permanece como início e fim de seus processos teóricos e práticos, por envolver dispositivos de legitimação – institucionais ou formas históricas de agregação de autoria. (FOUCAULT, 2002)

Frohmann (2004a) enfatiza a escrita e a totalidade do aparato que a acompanha como fonte do poder gerativo e formativo do documento, que não se situa no conteúdo que pode registrar. (cf. FROHMANN, 2004a, p.150) Inserindo os enunciados na ordem da instituição afirma: *Um texto não pertence às Escrituras porque seu conteúdo é sagrado; antes, seu conteúdo é sagrado porque pertence às Escrituras.* (p.153). Também pontua a dupla materialidade do documento: além do engajamento institucional – passível de migração interinstitucional, como a relação textual entre a academia e o aparato jurídico – ele mescla enunciação e práticas sociais e públicas, por seu poder de gerar efeitos. (FROHMANN, 2008)

Abordado o *documento* como efeito básico do funcionamento social da escrita – interseção entre inscrição e instituição – verifica-se que não comunica algo que independa dele: o documento *é o fato*, ou ainda, *é o ato*. Instituidor, institucionalizado, formal, legitimado. Como pontuado por Le Goff (1984), “o documento é produto de um centro de poder. [...] é o testemunho de um poder polivalente e, ao mesmo tempo, cria-o.”

Considera-se que a análise dos funcionamentos histórico-sociais da escrita lançará luzes sobre a persistente centralidade do documento, a despeito dos também persistentes discursos de setores da CI em destroná-lo. O estudo, assim, insere-se em esforço de analítico, via os funcionamentos histórico-sociais da escrita, das práticas documentárias, muitas vezes estabilizadas e invisibilizadas enquanto tal pela própria Ciência da Informação.

Capurro e Hjørland (2007) apontam, como outros autores em CI, o que chamam de “negligência [por parte da CI] com os conceitos de texto e documento, de um lado, e de significado (ou semântica), de outro” (p.182). Considera-se que a abordagem dos fundamentos político-culturais e lingüísticos do desenvolvimento e usos da escrita na análise das *práticas sociais com documentos* (Frohmann, 2004b) contribui para a superação de parte destas lacunas.

Este estudo aborda, através da análise arqueológica foucaultiana (FOUCAULT, 1997, resumido em FREITAS, 2003), os funcionamentos sócio-históricos da escrita que constituem a centralidade do documento nos variados processos de legitimação de saberes, produção de

verdade, distribuição de direitos e deveres em suas densas relações com a produção e reprodução de poderes de diversas ordens – políticas, culturais, econômicas – nas sociedades ocidentais. Serão analisados o feixe de relações institucionais, processos econômico-sociais e usos sociais da escrita em suas articulações com os saberes e representações imaginárias sobre a mesma, que igualmente se articulam com seu estabelecimento – autóctone ou introdução imposta – e em diferentes formações sociais de que dispomos de relatos e análises.

Igualmente busca-se em estudos lingüísticos, antropológicos e historiográficos as bases teóricas e empíricas para a abordagem de nossas questões de pesquisa.

Neste artigo, além da construção teórica do problema de pesquisa proposto e da exposição de formulação conceitual sob teste ao longo do estudo, estão relatados alguns resultados relacionados à abordagem lingüística – principalmente pelo viés da Análise do Discurso de linha francesa – da relação entre a escrita, o processo sócio-histórico da gramatização e seus desdobramentos na constituição do efeito-informação.

TEMATIZANDO O OBJETO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Capurro e Hjørland (2007), em sua já clássica revisão de literatura sobre o conceito de informação, originalmente publicada no ARIST de 2003, ao analisarem o sentido de *informação* na expressão ‘recuperação de informação’, que reputam como “possivelmente um dos termos mais importantes no campo conhecido como CI”, reconhecem que ele “está intimamente relacionado à recuperação de documento/texto” (2007, p. 179). Ilustram sua posição com citação de van Rijsbergen:

Recuperação de informação é um termo amplo e geralmente mal definido [...] Infelizmente, a palavra informação pode ser muito enganosa. [...] Na verdade, em muitos casos, pode-se descrever adequadamente o tipo de recuperação simplesmente substituindo-se documento por informação. [...] Uma definição perfeitamente direta ao longo destas linhas é dada por Lancaster: *A recuperação de informação é o termo convencionalmente aplicado, embora um pouco imprecisamente, ao tipo de atividade discutida neste volume. Um sistema de recuperação de informação não informa [...] ao usuário sobre o assunto de sua investigação. Ele meramente informa sobre a existência (ou não) e a localização dos documentos relacionados ao seu pedido.* (VAN RIJSBERGEN, 1979⁴)

Capurro e Hjørland, seguindo a controvérsia, afirmam:

Embora alguns pesquisadores tenham fantasiado a eliminação do conceito de documento/texto substituindo-os simplesmente por armazenamento ou recuperação de fatos ou informações ali contidas, é nossa opinião que RI [Recuperação de Informação], normalmente, significa recuperação de documentos e não recuperação de fatos. (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 180)

Apesar de alguns autores citarem tipos de usos que, diferentemente da comunidade acadêmica, poderiam prescindir de referências de fontes e necessitar acesso direto aos próprios dados ou 'fatos', como analistas de negócios, jornalistas ou técnicos – concretizando a ilusão positivista da correspondência informação/fato/verdade –, terminam por apagar as formas de legitimidade institucional e autoridade envolvidas na constituição da evidência na cultura ocidental, mesmo para esses usos profissionais.⁵

Estendendo a reflexão para além do tipo de objeto tratado pelos sistemas de recuperação da informação, pode-se levantar: como se estabelece nuclearmente o documento nestes processos sócio-históricos e as redes de legitimidades e crenças que perenizam seu poderio simbólico-institucional, apesar dos esforços de seu apagamento? Que processos tendem a invisibilizar tal condição, estabelecendo o imaginário da informação-fato? Considera-se que tudo aponta para a escrita e seu corolário de usos sociais. A própria opacidade do tema é abordada aqui como elemento que o constitui como um 'natural', hegemonizado culturalmente.

O PODER DO DOCUMENTO: ESCRITA + INSTITUIÇÃO

Em sua clássica revisão de literatura sobre o conceito de memória, Le Goff (1984), ao tratar da origem histórica da escrita, segue variados caminhos apontados pelas diversas teorias que abordam o tema – muitas diametralmente opostas. Entretanto pode-se sintetizá-las em dois pólos: o que a aborda como

- a) saber oriundo da necessidade de auxiliar a memória cerebral quando esta deixaria de dar conta do grande número de saberes socialmente úteis ou
- b) resultado de luta pela memória social quando, estabelecida alguma fissura social, já não haveria consenso sobre os saberes e/ou as narrativas socialmente relevantes e/ou confiáveis.

Parte-se aqui da última hipótese, pois historicamente apenas surge a escrita em sociedades divididas em estamentos ou classes, constituindo-se como "arcos do triunfo" das narrativas dos vencedores. Autores como Furtado (1995) chegam a intrigar-se com o aparente paradoxo de uma 'tecnologia de comunicação' como a escrita mais dividir os homens que aproximá-los. Tal constatação não surpreende autores como Goldberg (1990)⁶, que afirma: "onde quer que busquemos, em todos os períodos, a estratificação social preside a história do letramento."

Rompendo com a abordagem da escrita como simples instrumento na comunicação, Cardona (1994)⁷ afirma:

Nas culturas que possuem pelo menos uma forma de escrita comprovamos que não é possível considerar esta escrita simplesmente como um instrumento de uso para transmitir certas mensagens, assim como um caminhão serve para transportar uma carga de feno. Pelo contrário, o fenômeno escritura [...] se manifesta como uma matriz de significações sociais, como um campo fundamental de produção

simbólica. (CARDONA, 1994, p.10)

Essas concepções rompem com a abordagem evolucionista que naturaliza o advento da escrita como constitutivo de alguma "etapa" de uma "sociedade humana" genérica, como nos discursos evolucionistas e universalizantes, dominantes na chamada sociologia do letramento.

Todas essas civilizações – sumérios, egípcios, hititas e chineses – eram letradas no sentido de que seus grandes avanços na administração e na tecnologia estavam indubitavelmente conectados à invenção de um sistema de escrita. (GOODY; WATT, 2006, p. 25)

A cultura escrita, em geral, e a imprensa, em particular, fixaram o registro escrito como o dado com o qual as interpretações podiam ser comparadas. A escrita criou um “texto” fixo, original e objetivo; a imprensa colocou esse texto em milhões de mãos. (OLSON, 1995, p. 165)

[...] sem a escrita, a consciência humana não pode atingir o ápice de suas potencialidades, não é capaz de outras criações belas e impressionantes. Nesse sentido, a oralidade precisa e está destinada a produzir a escrita. [...] Dificilmente haverá uma cultura oral ou uma cultura predominantemente oral no mundo, hoje, que não esteja ciente da enorme pletora de capacidades absolutamente inacessíveis sem a cultura escrita. Essa consciência é angustiante para pessoas enraizadas na oralidade primária, que desejam ardentemente a cultura escrita [...]. [...] falta de introspecção, de audácia analítica, de preocupação com a vontade como tal, de uma percepção da diferença entre passado e futuro – [são] características da psique nas culturas orais não apenas do passado, mas até mesmo nos dias de hoje. Os efeitos dos estados de consciência orais são bizarros para a mente letrada [...]. (ONG, 1998, ps.23 e 40)

O amálgama explicativo estabelecido entre escrita, evolução, racionalidade, verdade, comprovação e escrita da história - sempre sob a égide da causalidade da primeira – aparece claramente em estudos sociológicos clássicos sobre a escrita e o letramento. Esse campo de estudos emerge no início dos anos 1960, com os trabalhos de McLuhan – *The Gutenberg Galaxy* -, Lévi-Strauss – *La pensée sauvage* -, ambos de 1962, Goody e Watt – *The consequences of literacy* – e Havelock – *Preface to Plato* -, ambos de 1963. Para Havelock, tal simultaneidade de produção em quatro diferentes países (Canadá, França, Inglaterra e EUA) se liga à rápida disseminação no ocidente de tecnologias de comunicação baseadas na oralidade. À essa produção, segundo o autor, “se seguiu uma verdadeira onda.” (HAVELOCK, 1995; GALVÃO; BATISTA, 2006)

O movimento de eleger mudanças pontuais, especialmente ‘tecnológicas’, como ‘fator causal’ de transformações sociais, além de obscurecer os complexos processos de inter-relação entre diferentes extratos analíticos envolvidos nas mudanças históricas em formações sociais, oferece o benefício extra da realimentação e reforço do mito da evolução: a escrita possibilitou... Mais do que análises sobre as dinâmicas sócio-históricas da escrita e suas imbricações com o sócio-cultural, essa produção muitas vezes torna-se um ‘exemplar’, uma

manifestação desses mesmos funcionamentos: sua colocação em marcha e reprodução. Dessa forma, exercem e amplificam os procedimentos de controle e delimitação do discurso analisados por Foucault (1996). Grande parte dessa literatura, ao trabalhar a escrita pautada no mito da evidência e da prova do escrito – “fixação de informação” – atua na transmutação do texto escrito em ‘documento’, efetivando o projeto de objetivação e universalidade do Ocidente, como sublinha Frohmann (2004a).

FORMULAÇÃO CONCEITUAL: FONTES E DESDOBRAMENTOS

Pode-se agora enunciar a formulação de conceito/hipótese sob teste e verificação ao longo do presente estudo, que provisoriamente é descrito – mais que nomeado – como *modo de acreditação*⁸ e *distribuição de saberes*. Sua formulação baseia-se na distinção estabelecida por Pierre Nora entre o que chamou de *sociedades de memória* e *sociedades de história*⁹.

A memória, que ele qualifica de ‘memória verdadeira’, é vivida coletivamente sem rupturas com o presente; é afetiva, enraizada no concreto e funciona como suporte de continuidade cultural entre o passado, permanentemente atualizado, e o presente. Nas sociedades de história, com a quebra do consenso, constitui-se uma memória prótese – a produção das narrativas históricas, baseadas em registros, documentos e monumentos, suportes tangíveis de uma *memória aquivística*, sem *meios de memória*, que se apóiam em formas de sociabilidade calcados na oralidade, no mito, no rito. Em Nora, a narrativa histórica se institui, com reivindicação de racionalidade, para romper com a dinâmica memorial em suas mutações: institui-se *contra* a memória e seus funcionamentos. A história, assim, é construção ‘racional’, ruptura e estranhamento, representação sobre o passado.

A necessidade, nas sociedades de história – ou, como preferimos, sociedades de arquivo –, de comprovação, cristalização, ainda que na ilusão da linguagem *fixada* em seus sentidos, adviria da assimetria nas relações sociais.

A opção pela designação *modo* na construção conceitual que empreendemos baseia-se na pretensão de abarcar os funcionamentos de estrato cultural em largo espectro de situações históricas de diferentes formações sociais que, fundamentalmente, possam ser subdividas pelo grau de formalidade das instâncias ligadas às formas de acreditação e distribuição social de saberes ou, dito de outra forma, formação de *evidências* socialmente compartilhadas ou valorizadas, assim como suas formas de transmissão e repartição.

Se o funcionamento da memória social é inelutavelmente seletivo, mediado por práticas consagradas à (re)produção simbólica, e institucionalizado, é importante distinguir qualitativamente as formações sociais quanto ao caráter dessas instituições. A formalização é sintoma da quebra de consenso social, indicando seu caráter regulador e de controle, via poder de coerção. Também implica um poder instituinte, que subentende um poder instituidor (Costa,

1997), assim como a correspondente expropriação ou desvalorização de outros saberes, que tornam-se, assim, desinstitucionalizados. Estes últimos deslegitimam-se em favor dos saberes selecionados e regulados pelas instituições que, com seu poder outorgado, passam a ser suas guardiãs legítimas – monopólio da legitimidade. (ALBUQUERQUE¹⁰, 1978, *apud* COSTA, 1997)

Optou-se, ainda, pela designação genérica ‘saberes’ para abarcar diferentes regimes de seleção, acreditação e repartição cultural, dos quais o ‘conhecimento’ constitui um exemplar específico. (baseado em Nietzsche, FOUCAULT, 1974, p. 9-20)

Constituídos, assim, os registros escritos e seus acúmulos como marcos em política de memória, pode-se ainda articular alguns efeitos correlatos e constitutivos – políticos e simbólicos: instauração de sistemas de legitimidade exclusivos (e excludentes) sobre o texto escrito; formas de distribuição social do saber de registro; invenção do ‘conhecimento’ como forma de saber legítimo; lei escrita como marca da quebra do consenso; surgimento de saber/narrativa sobre o passado baseado em registros escritos; aparecimento das ‘religiões do livro’; e a constituição e patrimonialização de estoques documentais: arquivos – com instituição de acúmulo e guarda de registros de transações e narrativas de caráter probatório e fonte de consulta; fundação de práticas e saberes reguladores da guarda, organização e circulação de registros de arquivo como dispositivo de controle discursivo.

Imprescindível aos funcionamentos sociais da fixação de enunciados em formas documentais – acompanhada da ilusão da fixação de sentidos – é a formação de seus acúmulos. Nos termos de Nora (1993), a *memória verdadeira*, transformada por sua passagem em *história*, dá lugar a uma memória arquivística, levando à *constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar*, o que aqui será tratado genericamente de *arquivo*. Seu funcionamento como *dispositivo histórico significativo* (SOUZA, 1996) exige que os registros passem pelo crivo da ‘arquivabilidade’: “precisam ser submetidos aos cuidados de quem tem competência tanto para interrogá-los como para defendê-los, mantê-los seguros e assistidos.” (RICOEUR, 2000, p.213) Tais procedimentos, como as demais articulações esboçadas acima, historicamente também levaram à produção de saberes técnicos, teórico-conceituais e epistemológicos.

A noção de arquivo traçada por Pêcheux em 1982 – “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1994, p.57) – é ampliada na abordagem de Guilhaumou e Maldidier que, baseados em Foucault, incluem no conceito sua ordenação e sentido:

Não nos iludamos com seu caráter: não é o conjunto de textos que uma sociedade deixou, material bruto a partir do qual se pode perceber seja as estruturas sociais, seja a emergência de acontecimentos; ele não é mais do que a moldura institucional que permite conservar os traços, é um dispositivo não fortuito que constitui as imagens distintas, no sentido que cada dispositivo de arquivo estabelece sua própria ordenação [...] o arquivo “exibe” de algum modo um sentido determinado.

(GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1994)

Entretanto, a noção que aqui é entendida como capaz de representar o conjunto do funcionamento do Arquivo – seus meios, saberes e mesmo suas formas de acreditação – é a desenvolvida por Derrida (2001), que, além dos aspectos citados, abarca tanto a escrita quanto a leitura/interpretação como constitutivas de seus efeitos sócio-históricos, também envolvendo o que aqui é abordado como efeito-informação.

[...] o arquivo, como impressão, escritura, prótese ou técnica hipomnésica em geral, não é somente o local de estocagem e de conservação de um conteúdo arquivável *passado*, que existiria de qualquer jeito e de tal maneira que, sem o arquivo, acreditaríamos ainda que aquilo aconteceu ou teria acontecido. Não, a estrutura técnica do arquivo *arquivante* determina também a estrutura do conteúdo *arquivável* em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro.

O arquivamento tanto produz quanto registra o evento. É também nossa experiência política dos meios chamados de informação. (DERRIDA, 2001, p. 29)

RESULTADOS PARCIAIS – REFLEXÕES EM CURSO: A ESCRITA E O CONTROLE LINGÜÍSTICO NAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DA INFORMAÇÃO

Pela via da Teoria do Discurso buscamos as condições de produção do que chamamos de discurso da informação/fato, inicialmente pela análise e história dos processos de gramatização (AUROUX, 1992); pelos processos de determinação / desambigüização / objetivação da língua, via controle dos sentidos (HAROCHE, 1992); e análise da distinção discurso oral / discurso escrito (GALLO, 1992). Tais abordagens, ao lado da compreensão da constituição do efeito-informação, auxiliarão na desnaturalização e opacização¹¹ dos objetos, práticas, teorias, metodologias e produtos do campo informacional.

Auroux, em livro que condensa sua reflexão sobre a trajetória do saber lingüístico após longo estudo histórico, sustenta duas teses principais: (a) a escrita é um dos fatores necessários ao aparecimento do saber metalingüístico; e (b) o processo de “gramatização”¹² transformou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta. Com relação à primeira tese, constata que não há na história das culturas orais o que chama de ‘verdadeiro saber metalingüístico’, isto é, este saber tomando a seu cargo as manipulações efetuáveis sobre a linguagem. A etimologia da palavra gramática já indica: *gramma*, letra. (cf. p.19)

Entretanto, Auroux não estabelece uma relação de estrita causalidade entre escrita e saber gramatical. Se, com Goody, concorda que a emergência desse saber depende da “razão gráfica”, aponta variados fatores sócio-históricos envolvidos no processo de gramatização. Indica o Renascimento europeu como ponto de inflexão nesse processo, levando à construção massiva de dicionários e gramáticas das línguas conhecidas – especialmente as ameríndias –,

juntamente aos vernáculos europeus, padronizados com base na tradição greco-latina. Relaciona, com diferentes ênfases, aspectos político-econômicos que fundamentam uma nova política de expansão lingüística interna e externa, no contexto do capitalismo mercantil: acesso a uma língua de administração, cultura e textos sagrados; exploração do globo e expedições militares com o estabelecimento de relações comerciais e políticas; a colonização; a organização de uma língua literária; o aparecimento da imprensa. O autor apresenta dados que demonstram não apenas a concomitância histórica da gramatização das línguas do ‘mundo conhecido’, mas também sua coincidência com o aparecimento dos tratados de lógica, o que, através de articulações que estabeleço com o texto de Haroche (1992), será aqui retomado.

Auroux sublinha os efeitos do que chama de ‘segunda revolução técnico-lingüística’ – sendo a primeira o advento da escrita:

Cada nova língua integrada à rede dos conhecimentos lingüísticos, a mesmo título que cada região representada pelos cartógrafos europeus, vai aumentar a eficácia dessa rede e de seu desequilíbrio em proveito de uma só região do mundo. (p. 35) [...] Constituíram-se [com a gramatização das línguas] **espaços/tempos de comunicação**, cujas dimensões e homogeneidade são sem medida comum com o que pode existir em uma sociedade oral, isto é, uma sociedade sem gramática. [...] Assim como as estradas, os canais, as estradas-de-ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio lingüístico da humanidade. [...] As línguas pouco e menos “instrumentalizadas” foram, por isso mesmo, mais expostas ao “lingüicídio”, voluntário ou não. (AUROUX, 1992, p. 70. Grifo do autor.)

Haroche (1992) também aborda questões envolvidas com a gramática, entretanto, com motivação diversa dos aspectos indicados por Auroux. A autora, tendo por foco a constituição do sujeito em sua historicidade, diferentemente de outros autores da Análise do Discurso, não se satisfaz com as afirmações genéricas de uma “interpelação do indivíduo em sujeito” ou de seu “assujeitamento pela ideologia” ou ainda de que “o sujeito é efeito do discurso”. No texto analisado, Haroche busca na relação concreta do sujeito com a linguagem, “nos próprios mecanismos sintáticos, os efeitos de interpelação e de assujeitamento”. (p. 180) Tem como foco analítico a passagem do sujeito-religioso medieval para o sujeito-de-direito burguês e como objeto – ainda que apenas por vezes explicitado no texto – as transformações no funcionamento sócio-histórico da linguagem escrita. Analisa a transformação da *Letra* como “signo fechado e enclausurante do ritual mnemônico [da religião na Idade Média]” para as *Letras*, representada como “signo aberto, combinável, racional, e ‘objeto de escolha’ e de arranjo por parte do sujeito” da sociedade burguesa. (p. 70)

A autora indica a indissociabilidade entre a “Letra” capitalista e “a própria possibilidade do contrato, da troca de mercadorias, permit[indo] a circulação monetária”, “marcando a preponderância da língua” (p.70) – escrita, sublinho. Trata-se do estabelecimento de uma escrita – “em seu caráter explícito, determinado e fixo”, controlável, *contra* o sujeito – “lugar de

todas as restrições, ambigüidades, mentiras, contradições”. (p. 98)

Trazendo a análise histórica do processo de gramatização para o nível da constituição do sujeito, Haroche indica seu projeto político como o do controle do sentido e, por conseguinte, da interpretação.

O ideal da gramática seria, assim, um ideal de completude que participa de um ideal do sujeito mestre de suas palavras, para constituí-lo em definitivo em sujeito jurídico (p.13) [...] As práticas jurídicas funcionam assim silenciosamente na história da gramática. Uma figura específica da subjetividade se desenha sob sua influência: o sujeito é individualizado, isolado, responsabilizado na gramática e no discurso. (p. 23) [...] a determinação é um efeito inscrito no cerne da gramática como uma coerção, uma exigência de ordem, mas também um privilégio, acessível a alguns, negado à maioria, que é o próprio privilégio da interpretação. (HAROCHE, 1992, p. 26)

A busca da determinação do discurso, através da formalização e de construções textuais, exige dos gramáticos a elaboração de uma verdadeira teoria da desambigüização (p. 101), controlando o sentido **na escrita** e criando o efeito de literalidade: a ilusão de representação da “idéia clara e distinta, desligada de contexto”. (p. 99) Note-se que, paralelamente ao processo de individualização, de responsabilização do sujeito assim autonomizado, está colocada uma ideologia jurídica de centralização administrativa ligada à constituição do aparelho de Estado, definindo-se pela “imposição da literalidade”, banindo o implícito e a indeterminação. (p. 189)

E a fim de que não haja dúvida sobre a inteligência dos ditos decretos, nós queremos, ordenamos, que eles sejam feitos e escritos tão claramente que não possa haver nenhuma ambigüidade, ou incerteza, nem dê lugar a interpretação.” (Mandato de Villers-Cotterets, 1539, apud HAROCHE, 1992, p. 86)

A constituição do sujeito responsável por suas decisões, a construção da literalidade especialmente através do controle da linguagem escrita e a aparente transparência dos referentes vêm concretizar a separação entre sujeito e objeto: a constituição da objetividade. Quanto ao tema, Haroche analisa que, após a “abertura” pós-medieval entre direito e saber, permitindo a curiosidade e o “direito de saber”, instaura-se novo fechamento: a precisão da técnica constitui um novo assujeitamento, “caracterizado pelo rigor e pela cifra” (p. 84), concretizando a já citada análise foucaultiana da separação “hostil” entre sujeito e objeto. Tal concretização envolve fortemente a identidade apontada por Pêcheux (1995) entre operadores jurídicos e mecanismos lógicos. Sobre esta questão, articulo o texto de Auroux (1992) – que demonstra a concomitância histórica da gramatização e do aparecimento dos tratados de lógica – com Haroche, que chama a atenção para o fato de que, na própria lógica, há algo de prescritivo, normativo, coercitivo, em suma jurídico, que contribui para a construção do objeto isolado do sujeito. A autora sublinha a “Lei” do direito e da ciência como um indicador dessa relação, que qualifica de “simulação constitutiva”.

Gallo (1992), em texto em que trabalha sobre os funcionamentos do que chama de Discurso Escrito (DE) e Discurso Oral (DO), chama a atenção para o fato de que “a circularidade é produzida sempre que se mobiliza a ‘evidência das coisas’, porque a evidência é sempre uma construção” (p. 110). A circularidade do poder entre documento e instituição, analisada por Le Goff (2005) e aqui citada anteriormente, é igualmente discutida em Gallo (1992, p. 33) pelo viés discursivo: o “domínio de circularidade” do dizer institucionalizado, escrito, se garante e se legitima, garantindo a instituição em que se origina.

Gallo (1992), contribuindo para a análise da textualidade do documento – que considero abarcar tanto o burocrático quanto o acadêmico-científico – na construção do efeito de objetividade, traz para sua análise tipologia discursiva estabelecida por Orlandi (1996)¹³. Demonstra como o DE, como o discurso autoritário, diferentemente do discurso lúdico ou do polêmico, produz o efeito de evidência pela ilusão da completude e do fechamento. O ‘fim’ é um ‘fecho’ – sempre arbitrário – que, via efeitos de sentido regulados pela história do sujeito e pela materialidade do texto, parece ‘único’ e ‘absoluto’. (p. 104) A autora sublinha que o ‘fecho’, apesar de ser um entre tantos possíveis, “produz para o texto um efeito de sentido único, pelo efeito ideológico produzido pela ‘instituição’ onde o texto se inscreve: efeito que faz parecer ‘único’ o que é ‘múltiplo’ e ‘transparente’ o que é ‘ambíguo’”.

Em sua análise da produção de evidência no DE, reconhece que historicamente nas sociedades nas quais houve a hegemonização da escrita sobre a oralidade, esta se dá sobre uma variedade lingüística trabalhada por uma metalinguagem formal e gramatical que constrói um domínio de objetividade. “Por esse motivo é explicável o longo processo que se inicia na Idade Média de associar a uma determinada variedade lingüística o poder da *Escrita*: um poder capaz de instituir um único sentido, verdadeiro e cabal.” (GALLO, 1992, p. 49) Em contrapartida, a oralidade – e mesmo sua transcrição – irá conservar sua condição de forma ilegítima: sentidos múltiplos e inacabados. O texto do DE institui a ‘norma’ e o ‘modelo’, e não a ‘norma’ e o ‘modelo’ instituem o texto do DE, como o discurso pedagógico – seu foco de análise – faz parecer. (p. 108)

Outro aspecto importante trabalhado por Gallo diz respeito ao ‘princípio da autoria’, do qual advém – no imaginário e na lei... – o efeito discursivo de unidade do texto. O autor, ocupando essa posição, sob a forma da identidade e do ‘eu’, é colocado na origem da textualidade, como analisado em Foucault, limitando e ‘conjurando’ o acaso no discurso.¹⁴ “A própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio da autoria.” (ORLANDI E GUIMARÃES, 1993¹⁵, *apud* GALLO, 1992)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na condição de relato de resultados parciais de estudo em andamento, pode-se agora pouco

mais do que indicar algumas das questões que se abrem com a análise dos textos citados.

Em primeiro lugar, sublinhamos o esvaziamento das relações de “causalidade” defendidas pelos chamados sociólogos do letramento. Os dados históricos coletados e refletidos por Auroux não apenas invertem, mas ‘implodem’ as tradicionais articulações estabelecidas entre escrita, formas de racionalidade e de gestão da memória social, introduzindo fatores sócio-históricos que inserem o saber/normalização metalingüísticos da escrita nos circuitos político-administrativos de uma verdadeira política – interna e externa – da língua.

Trazendo as análises de Haroche para nossas reflexões, encontramos a objetivação de referentes – “literalidade de Estado” – e a contrapartida da constituição do sujeito-de-direito do Estado burgês como condições para a construção discursiva da ‘informação’. A teoria do discurso, através da abordagem dos funcionamentos da linguagem escrita e seus controles sintáticos e lexicais, permite a reconstrução das condições histórico-políticas que instituem o documento e a informação como importantes fatores na construção do efeito de evidência em modo social de acreditação, ao lado da plena opacização de tais processos pelo viés psico-ideológico¹⁶ da constituição de sujeitos autonomizados e responsabilizados, lógica e juridicamente. Dito de outra forma: os processos sócio-históricos de construção do dizer institucionalizado – especialmente pela via do documento, em sua eficácia legal e principalmente simbólica – naturalizam e invisibilizam tanto tal processo quanto produzem a ilusão de transparência de seus artefatos e ‘conteúdos informacionais’, que são igualmente insumo das relações institucionais de poder. O fundamento do poder do documento (instância institucional), invisibiliza-se através da reificação do registro escrito que, por sua vez, é invisibilizado pela sobre-reificação do imaginário da informação: o efeito-informação/fato. Tais camadas de recobrimentos envolvidas na hegemonização do funcionamento do Arquivo como dispositivo, implicam a constituição da representação imaginária da informação com a própria constituição do sujeito-de-direito.

A análise da textualidade do documento, sua materialidade lingüística, que ao lado de outras materialidades passíveis de análise diplomática, paleográfica etc., claramente não esgotam sua caracterização. O próprio conceito de documento, que anteriormente se pautava principalmente na ‘autenticidade’ institucional ou autoral em sua relação com a ‘verdade’, vem sendo desafiado por correntes historiográficas que não apenas abandonam uma postura ingênua e formalista quanto ao documento, mas passam a considerar enquanto tal tudo aquilo que seja incorporado como fonte para construção de narrativas históricas (LE GOFF, 2005; FEBVRE, s/d; ROUSSO, 1996) Apesar do reconhecimento da ligação entre textualidade e discursividade, a ampliação do conceito de documento aponta para sua condição de efeito discursivo, envolvido em redes de sentido estabelecidas em situações enunciativas marcadas institucionalmente. Neste estudo, considera-se que um conceito (discursivo) de documento poderá emergir de análise de cruzamentos de definições formuladas pelos campos

disciplinares que o focalizam, como a Documentação, a Ciência da Informação, a Diplomática, a História e mesmo o Direito, assim como da análise de manuais e normas de redação administrativa e acadêmico-científica. Mas esse é um caminho ainda a ser percorrido.

Se pudermos pensar o dispositivo Arquivo abarcando a totalidade das práticas sociais com documentos, incluindo suas práticas teóricas, constatamos que o mito fundador do campo informacional se mistura aos mitos fundantes da própria civilização ocidental – sociedades do Arquivo.

A abordagem de Gallo (1992) sobre a circularidade dos processos de construção de evidência e de seu possível rompimento através da crítica, servirá de ‘fecho’ para essas reflexões, e possível abertura para outras. A análise do discurso, que recoloca a dimensão material e histórica do sentido, rompendo com a ilusão da transparência da linguagem – fundamento do efeito-informação/evidência, mito fundador do campo informacional, pode auxiliar a romper tal circularidade. E, de fora do círculo, talvez será possível observar como esse campo vem participando – por ação ou omissão – nos próprios funcionamentos do Arquivo como dispositivo.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n.1, jan.-abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362007000100012&script=sci_arttext&tlng=ES
- COSTA, Icléia T.M. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Convênio IBICT-UFRJ, 1997.
- DAY, Ronald. **The modern invention of information**: discourse, history and power. Carbondale: Southern Illinois University, 2001.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- FINLAY, Marike. Poder e controle nos discursos sobre as novas tecnologias de comunicação. *In*: FADUL, Anamaria (org.). **Novas tecnologias de comunicação**: impactos políticos, culturais e sócio-econômicos. São Paulo: Summus/Intercom, 1986. p.35-56.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **O que é um autor?**. Lisboa: Veja, 2002.
- _____. A verdade e as formas jurídicas. **Cadernos da PUC**, Rio de Janeiro, n. 6, p.1-102, 1974.
- FREITAS, Lídia S. de. Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação: um esboço arqueológico. **Morpheus**: Revista Eletrônica em Ciências Humanas, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.unirio.br/morpheusonline/Numero02->

2003/lidiafreitas.htm

FROHMANN, Bernd. **Deflating information: from science studies to documentation**. Toronto: University of Toronto Press, 2004a.

_____. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n.3, p.387-407, 2004b. Também disponível em:

<https://www.ideals.uiuc.edu/bitstream/2142/1683/2/Frohmann387407.pdf>

_____. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.L.S.; MARTELETO, R. M.; LARA, M.L.G. de (orgs.). **A dimensão epistemológica da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília : Fundepe, 2008. (Textos do Enancib, 7, Marília, SP, 19 a 22 de nov., 2006). ISBN 978-85-98605-46-3; ISBN 978-8598176-17-8. [Chapter] Palestra, p 19-34.

FURTADO, José Afonso. **O livro**. Lisboa: Difusão Cultural, 1995. (O que é)

GALLO, Solange Leda. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas: Ed.Unicamp, 1992. (Momento)

GALVÃO, Ana Maria de O.; BATISTA, Antônio A. G. Oralidade e escrita: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.128, maio-ago. 2006.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. São Paulo: Edusp, 2001.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GIMENO BLAY, Francisco M. Scripta manent: materiales para una historia de la cultura escrita. Seminari Internacional d'Estudis sobre la Cultura Escrita. València: Departament d'Història de l'Antiguitat i de la Cultura Escrita, 1998. (Separata)

GOODY, J.; WATT, I. **As conseqüências do letramento**. São Paulo: Paulistana, 2006.

GUILHAUMOU, J., MALDIDIER, D. Coordination et discours: "du pain ET X" à l'époque de la Révolution française. In: GUILHAUMOU, J., MALDIDIER, D., ROBIN, R. **Discours et Archive: expérimentations en analyse du discours**. Liège: Mardaga, 1994. (Philosophie et Langage).

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

HAVELOCK, E. The Coming of literate communication to western culture. In: KINTGEN, E. R.; KROLL, B. M.; ROSE, M. **Perspectives on literacy**. Carbondale, Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1988. p.127-134.

_____. A Equação oralidade-cultura: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON, D. R.; TORRANCE, N. (org.) **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995. p.17-34.

_____. **Prefácio a Platão**. Campinas: Papyrus, 1997.

LE GOFF, Jacques. Documento, monumento. In: **História e Memória**, Campinas, Unicamp, 2005.

_____. Memória. In: **Enciclopédia Einaud**. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.11-50. (Brasil: História e Memória, Campinas, Unicamp, 2005.)

LÉVY-STRAUSS, C. **O Pensamento selvagem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MCLUHAN, H. M. **A Galáxia de Gutenberg**. São Paulo: Nacional; USP, 1972.

MORRISON, Ken. Estabelecendo o texto: a institucionalização do conhecimento por meio de formas históricas e filosóficas de argumentação. In: BOTTERO *et al.* **Cultura, pensamento e escrita**. São Paulo: Ática, 1995. p. 141-200.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

- OLSON, D. R.; TORRANCE, N. (orgs.). **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995.
- ONG, W. J. **Oralidade e cultura escrita**: a tecnologização da palavra. Campinas: Papirus, 1998.
- PÊCHEUX, Michel. **Ler o Arquivo Hoje**. In: ORLANDI, Eni P. **Gestos de Leitura**: da história do discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. (Repertórios) p. 55-66.
- RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Editions du Seuil, 2000.
- ROSZAK, Theodore. **O culto da informação**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, v. 8, n. 17, 1996. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>
- SOUZA, Tânia C. Clemente de. O arquivo como espaço de discursividade. In: **Anais do 1º Seminário de Estudos de Informação**, set. 1996, Niterói, set. 1996. (anexo)

NOTAS

- ¹ Artigo apresentado no V Seminário Memória e Linguagem e I Seminário de Pesquisa em Documento e Memória: materialidade e discurso, UNIRIO-UFF. Inclui avanços do estudo de Pós-Doutorado desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia, Área de Lingüística, do Museu Nacional-UFRJ, também apresentados na III Jornada de Análise do Discurso na Ciência da Informação, promovida pelo Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
- ² NUMBERG, G. Farewell to the information age. In: NUMBERG, G. (ed.). **The future of the book**. Berkeley: University of California Press, 1996. p. 103-138. *apud* Frohmann (2004b).
- ³ Parafraseando Frohmann (2004a).
- ⁴ VAN RIJSBERGEN, C.J. **Information retrieval**. London: Butterworths, 1979. *apud* Capurro; Hjørland, 2007. Disponível em: <http://www.dcs.gis.ac.uk/keith/preface.html>.
- ⁵ Tal ilusão remete à análise de Pêcheux de que o positivismo, longe de ser alternativa ou opção metodológica, é o próprio funcionamento do efeito ideológico básico da formação de “evidências” no ‘acesso direto’ do observador ao real.
- ⁶ GOLDBERG, J. **Writing matter**: from the hands of the English renaissance. Stanford: Stanford University Press, 1990. *apud* Frohmann (2004b)
- ⁷ CARDONA, G.R. **Antropologia de la escritura**. Barcelona: Gedisa, 1994, p. 10. *apud* Gimeno Blay (1998).
- ⁸ Preferimos o neologismo ‘acreditação’ para significar as formas histórico-sociais de conferir/usufruir credibilidade em sistemas de legitimidade ou verdade, ao invés de ‘credenciamento’ que, apesar de usual em nossa língua, comumente envolve sentidos diversos e mais limitados que o pretendido.
- ⁹ Os conceitos apresentados foram explicitados por Pierre Nora no contexto da formulação da noção de *lugares de memória*.
- ¹⁰ ALBUQUERQUE, J.A.G. **Metáforas da desordem**: o contexto social da doença mental. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. *Apud* Costa, 1997.
- ¹¹ Entendido como o processo de desconstrução do efeito de evidência, da ilusão de transparência.
- ¹² O autor conceitua gramatização como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”. Diferencia sua conceituação do termo mais antigo “gramaticalização”, anteriormente utilizado pelos lingüistas designando a fixação de um procedimento discursivo na gramática de uma língua. (AUROUX, 1992, p. 65 e 95, nota nº 12)
- ¹³ Gallo sublinha que a tipologia trabalhada por Orlandi em **A linguagem e seu funcionamento** (Campinas: Pontes, 1996) refere-se a *discurso* e não a *texto*. A AD não tem o texto como objeto e sim como *corpus* de análise, através da qual pode-se chegar às condições de produção do discurso.
- ¹⁴ Um aspecto apontado por Gallo que diz respeito aos documentos jurídico-administrativos está ainda por ser aprofundado. Citando Orlandi; Guimarães em *Discurso e Leitura* (1993), reproduz: “Decretos e contratos necessitam de quem os assine, mas não de autores”.
- ¹⁵ ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: _____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, Campinas: Editora da Unicamp, 1993. *apud* Gallo, 1992.

¹⁶ Aqui, o 'psico' refere-se à abordagem psicanalítica da constituição do sujeito, e não à psicologia do indivíduo. (baseado em Haroche, 1992) A expressão utilizada busca indicar os processos de subjetivação via memória discursiva e outros mecanismos fundamentalmente inconscientes.